

Recensões

Carmo, Isabel do; Lígia Amâncio, *Desamaldiçoar o feminismo. A propósito de Vozes Insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: D. Quixote, 2004, 234 pp.

Em *Vozes Insubmissas*, Isabel do Carmo e Lígia Amâncio atrevem-se a usar os termos feminismo e feminista destemidamente, sem apologias e sem adversativas. É muito comum (se calhar cada vez mais) ouvir-se frases como “Eu sou a favor dos direitos das mulheres ou da igualdade, mas... não sou feminista”. Não resisto a citar aqui as palavras de Ana de Castro Osório, escritas em 1905, chamando a atenção para todo o optimismo contido na pequena palavra “ainda”, que augura uma época em que a situação que esta autora denuncia deixará de fazer sentido: “Feminismo: é ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam [...] e de que a maioria das mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus!” (Osório, 1905: 11). Razão têm as autoras de *Vozes Insubmissas* ao dizerem, logo na apresentação da obra, que feminismo é “uma palavra maldita. Um termo que suscita reacções indignadas, risos, ou o presunçoso comentário de que ‘isso já passou de moda’” (11). Era bom que assim fosse. Mas porque não é, este livro propõe-se “desamaldiçoar” o feminismo, trazendo à memória tão apagada de hoje as origens setecentistas e oitocentistas das ideias e dos movimentos pelos direitos das mulheres a que, só nos finais do século XIX, seria dado o nome de feminismo (pela francesa Hubertine Auclert, que é aqui objecto de uma breve nota biográfica [70-71]) (Cott, 1987: 14). Aliás, é interessante notar como a palavra rapidamente se propagou nos países

européus e nos Estados Unidos da América, tendo chegado cedo a Portugal, como demonstram as palavras de Ana de Castro Osório, que a invoca como se fosse já amplamente usada – e também contestada – em 1905. Passado um século, as reacções ao termo parecem não ter mudado muito, sendo de louvar uma iniciativa como esta que se propõe contribuir para alterar este estado de coisas. Confrontando, surpresas, como dizem na apresentação da obra, a “insistente censura sobre o termo e a obstinada ignorância sobre o movimento”, Isabel do Carmo e Lígia Amâncio decidiram arregaçar as mangas e atravessar o rio do esquecimento para “trazer ao público, em geral, a origem do feminismo no pensamento moderno, através da vida de alguns dos seus fundadores e fundadoras, procurando evidenciar o contexto de emergência das suas ideias e as ligações entre elas e outras ideias fundadoras da modernidade” (11). Para além dos textos introdutórios em que traçam o quadro histórico e ideológico em que se insere o feminismo como pensamento crítico e como movimento social e político, as autoras oferecem-nos também uma breve cronologia da luta pela igualdade de direitos das mulheres, excertos de variados textos de feministas e anti-feministas, biografias de figuras da primeira vaga do feminismo na Europa, como Condorcet, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, John Stuart Mill, Clara Zetkin e Rosa Luxemburg, entre outras, terminando com uma pequena antologia de textos “notáveis”, pouco acessíveis fora de restritos círculos

académicos em Portugal (como, por exemplo, os de Flora Tristan).

As autoras estão conscientes da dificuldade das escolhas que fizeram e que encerram, até certo ponto, um grau de arbitrariedade e subjectividade (75), para além dos próprios limites impostos pela inacessibilidade de certos textos. Porque não escolher as inglesas Harriet Martineau ou Harriet Taylor, por exemplo, cuja colaboração com o marido, John Stuart Mill, tem sido defendida e simultaneamente contestada, como aliás as autoras reconhecem (136-7)? Será certamente fácil encontrar outras “vozes insubmissas” que aqui não estão representadas, mas isto só nos deve incitar a continuar este tipo de trabalho, trazendo a lume outros textos, também de outras partes do mundo, que certamente evidenciarão o que aqui já se vê tão claramente, que o movimento feminista é, desde as suas origens, um movimento de vocação internacional. Também seria importante recuperar do passado as vozes das feministas portuguesas do início do século XX, figuras como a já citada Ana de Castro Osório, Caiel e Maria Velede, entre outras.

Não é possível numa breve recensão fazer justiça à diversidade de questões que este livro aborda. Limito-me, portanto, a salientar mais alguns aspectos que me parecem relevantes e que poderão ser entendidos como controversos por quem não conheça a história que é aqui recuperada. Um deles é o facto de se deixar bem claro que tanto mulheres como homens se encontram na origem das ideias e dos movimentos pelos direitos das mulheres e pelo seu acesso às esferas do trabalho, do poder e do saber, contrariando a ideia, que me parece generalizada, pelo menos em Portugal, de que o feminismo é “coisa de mulheres” (e lá vem a tal expressão de escárnio). É como se se tivesse instalado uma espécie de “nativismo”, isto é, a ideia de que só os “nativos” do sexo em que nasceram, ou da con-

dição que se lhes atribui, pudessem entender e defender, falar em nome do seu próprio sexo ou condição – como se cada um estivesse inexoravelmente “fechado, arrumado no seu sexo”, para usar as palavras aqui citadas do fundador do partido operário socialista francês, Jules Guesde (61). Como a história prova, e as autoras demonstram, as vozes insubmissas que se levantaram nos séculos XVIII e XIX contra a sujeição das mulheres foram vozes que aliaram a sua causa à das classes trabalhadoras, que se insurgiram contra a escravatura e contra tantas outras formas de injustiça, discriminação e exploração humana. Foram, portanto, vozes que se “desnativizaram”, se me é permitido cunhar o termo, ou seja, que foram capazes de sair para fora das prisões naturalizadas do sistema patriarcal, racista e classista do seu tempo, que romperam com os limites da sua própria condição e situação individual e particularista e que estabeleceram solidariedades mais latas, lutando por concretizar os ideais da era das revoluções, de liberdade e igualdade para todos.

Torna-se aqui também claro que as reivindicações e protestos feministas se manifestam desde a sua origem como uma pedra no sapato da democracia, um pontapé nas canelas da modernidade, um incómodo constante, que força a teoria da emancipação humana dita universal a enfrentar as contradições das práticas de exclusão e opressão. A pergunta da inglesa Mary Wollstonecraft, repetida de diferentes maneiras em muitos outros textos, sobre a legitimidade da tirania exercida sobre as mulheres por homens que se diziam defensores da liberdade, era sem dúvida desassossegante no final do século XVIII e deveria ser desassossegante agora. Cito da página 103: “Não acha – e dirijo-me a si como legislador [Talleyrand] – que, num momento em que os homens lutam pela liberdade e para poderem decidir por si

próprios da sua felicidade, subjugar as mulheres é uma contradição e uma injustiça [...]? Quem concedeu ao homem a exclusiva capacidade de julgar, se a mulher partilha com ele o dom da razão?” Também desasossegantes são os insistentes ataques às concepções dominantes da “natureza” das mulheres e das diferenças consideradas naturais entre os sexos, que determinavam – e em muitas partes do mundo, hoje em dia, continuam a determinar – o seu lugar na sociedade. As palavras de John Stuart Mill deveriam ter definitivamente arrumado o assunto, se as memórias fossem longas e não fosse preciso continuamente inventar a roda. Diz Mill em *The Subjection of Women* (publicado em 1869): “Partindo da base do senso comum e do desenvolvimento da mente humana, recuso-me a aceitar que alguém conheça, ou possa conhecer, a natureza dos dois sexos, na medida em que têm sido sempre vistos no quadro da actual relação entre eles [...]. Aquilo que hoje se chama a natureza das mulheres é algo de inteiramente artificial – resultado da repressão forçada em certas direcções ou da estimulação anormal noutras” (134). No presente estado da sociedade, é portanto impossível determinar as diferenças “naturais” entre os dois sexos e, de qualquer das formas, continua ele, essa questão nem sequer é relevante, pois de acordo com os princípios das sociedades democráticas, todos os indivíduos têm direito à autodeterminação e a iguais oportunidades para o desenvolvimento das suas capacidades (Mill, 1869:

173). Para Hubertine Auclert, negar esses direitos às mulheres é uma ameaça à existência da igualdade entre os próprios homens: “Uma República que mantenha as mulheres numa condição de inferioridade não poderá fazer homens iguais” (61). Mas se estes argumentos em registo “sério” não são suficientemente convincentes, talvez a pergunta jocosa e contundente do Marquês de Condorcet, no texto “Sur l’admission des femmes au droit de cité”, publicado em 1790, seja capaz de desasossegar as mentes mais acomodadas, de suscitar o riso e a indignação, mas desta vez dirigidos a quem persiste em manter a quietude “natural” (ou naturalizada) das contradições da democracia moderna: “Por que razão seres expostos às gravidezes e às indisposições passageiras não podem exercer direitos que nunca ninguém pensou retirar às pessoas que sofrem de gota todos os invernos e que são atreitas a constipações?” (86).

Teresa Tavares

Referências Bibliográficas

- Cott, Nancy (1987), *The Grounding of Modern Feminism*. New Haven: Yale UP.
 Mill, John Stuart (1869), *The Subjection of Women*, in Miriam Schneir (org.) (1972), *Feminism: The Essential Historical Writings*. New York: Vintage Books, 162-78.
 Osório, Ana de Castro (1905), *Às mulheres portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Torres, Anália Cardoso (org.), Francisco Vieira da Silva, Teresa Líbano Monteiro, Miguel Cabrita, *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Lisboa: DEEP, 2004, 257 pp.

Homens e mulheres entre família e trabalho é um trabalho coordenado por Anália Cardoso Torres, uma autora que é uma impor-

tante referência no âmbito dos estudos sobre a família, e em particular sobre a conjugalidade. Esta obra, cuja base empírica

mais importante é um inquérito por questionário aplicado em 1999, procura analisar as diferentes dimensões da divisão sexual e familiar do trabalho pago e não pago, abrindo caminho à melhor compreensão das práticas que neste plano têm lugar no território nacional.

O estudo desdobra-se em seis capítulos. Algumas questões teóricas, nomeadamente as alusivas à problemática dos efeitos das orientações gerais do Estado e das políticas sociais na divisão do trabalho entre mulheres e homens, são exploradas ao longo do primeiro capítulo. O/a leitor/a é convidado/a a reflectir sobre os diferentes regimes de Estados-Providência e a forma como eles se posicionam perante as questões da diferença sexual e a articulação entre o trabalho pago e não pago. Retomando uma tipologia de Estados-Providência fundamentada na caracterização das soluções socioeducativas e do tipo de equipamentos de apoio à primeira e segunda infância existentes nos diferentes países e na identificação das posições de homens e mulheres perante o trabalho profissional, o Estado-Providência português é enquadrado no modelo *deficitário*, correspondente ao grupo dos países da Europa do Sul, que se caracteriza por ser “deficitário e desigual quanto ao nível de investimentos públicos e ao grau de cobertura que o estado oferece” (p. 21). A especificidade do quadro português, marcado pela elevada taxa de actividade feminina, em combinação com o carácter incompleto do Estado-Providência, reflecte-se na escassez dos instrumentos de política social no que toca às questões da igualdade sexual e de apoio à conciliação das esferas familiar e profissional. Os/as autores/as defendem que só uma orientação para um modelo de Estado-Providência *alargado* – característico dos países nórdicos, Bélgica e França – pode criar condições para a igualdade entre mulheres e homens e para a conciliação

do trabalho pago e não pago. Ainda que a análise em torno das configurações de Estado-Providência proposta neste texto tenha um âmbito mais específico, ela vem corroborar ideias já avançadas na década de 90 por autores/as como Virgínia Ferreira, Boaventura de Sousa Santos, Sílvia Portugal e Pedro Hespanha, nomeadamente no que respeita ao défice de actuação do Estado português enquanto Estado-Providência. Maurizio Ferrera viria a chamar a este tipo de Estado-Providência o modelo meridional ou mediterrânico, no qual inclui Portugal, Espanha, Itália e Grécia.

No segundo e terceiro capítulos, analisa-se, a partir dos resultados do inquérito, uma série de dados globais que permitem avaliar os recursos e as condições de vida da população estudada e são exploradas informações relativas à condição perante o trabalho e inserção profissional de mulheres e homens inquiridas/os. Muitos dos resultados expostos ao longo destes capítulos vêm reforçar ideias que estudos anteriores têm evidenciado, pondo a claro as diferenças entre mulheres e homens, nomeadamente no respeitante aos rendimentos pessoais (ficando as primeiras em enorme desvantagem) e à estrutura do emprego.

No quarto capítulo, a atenção dos/as autores/as centra-se nas soluções relativas aos equipamentos socioeducativos e à guarda das crianças encontradas pelas/os inquiridas/os, nas suas redes familiares e intergeracionais, assim como no apoio aos idosos. Desde logo, alerta-se para a situação preocupante das crianças, dadas as insuficientes taxas de cobertura de equipamentos de apoio à infância que se conjugam com altas percentagens de actividade feminina a tempo inteiro. Em relação às redes de inter-ajuda, verifica-se, por um lado, que são as mulheres quem mais protagoniza ajudas e apoios aos familiares e, por outro lado, que são as pessoas com mais baixos

rendimentos, que em princípio mais necessitariam destes apoios, as que a eles menos recorrem ou podem recorrer. Finalmente, no que se refere aos cuidados com idosos dependentes, as/os autoras/es contrariam claramente as ideias que tendem a apontar a família como omissa neste domínio, já que constataam que é fundamentalmente com os apoios da família que estes idosos podem contar, sendo poucos aqueles que estão em lares. De resto, estes resultados vêm reforçar os já obtidos em pesquisas anteriores. Por exemplo, Pedro Hespanha e Sílvia Portugal, num estudo realizado sobre as transformações e a regressão da família-providência, mostraram claramente que, para ser membro de uma rede de inter-ajuda, é necessário possuir os meios necessários – isto é, ter alguma coisa para trocar.

A articulação do trabalho pago e não pago é tratada no quinto capítulo. A análise desenvolvida dá conta da inequívoca assimetria de posições de mulheres e de homens na divisão do trabalho pago e não pago. Mesmo trabalhando no exterior aproximadamente o mesmo número de horas do que os homens, as mulheres realizam a quase totalidade do trabalho não remunerado. As/os autoras/es procuram explicar esta assimetria em desfavor das mulheres, reportando-se não só a algumas especificidades da sociedade portuguesa, mas também a mecanismos globais que condicionam a divisão do trabalho entre homens e mulheres, especificamente a grande concentração de mulheres em sectores profissionais mal pagos e pouco qualificados. É que estes constrangimentos de ordem externa acabam por se constituir numa fonte de legitimação da divisão assimétrica do trabalho não pago no seio da relação conjugal, na medida em que resultam na sobrevalorização do vencimento do cônjuge masculino enquanto principal fonte de subsistência do agregado familiar e na conseqüente desvalorização do traba-

lho das mulheres. Por outro lado, e ao contrário do que seria de esperar, constata-se que a excessiva sobrecarga de trabalho das mulheres não encontra expressão nem na declaração de injustiça nem na declaração de conflitos.

Depois de uma análise das práticas no tocante à divisão do trabalho pago e não pago entre mulheres e homens, no sexto e último capítulo a análise centra-se nos valores, representações e atitudes dos/as inquiridos/as em torno destas questões. Percebe-se, desde logo, a existência de uma descontinuidade entre as práticas efectivas de divisão do trabalho e as representações que sobre elas são transmitidas, dada a significativa adesão a “valores modernos” de aceitação das ideias de paridade, igualdade e simetria entre homens e mulheres (p. 172). No entanto, a adesão à participação e à simetria esbarra numa visão “tradicionalista” da relação dos homens entre trabalho e vida familiar: os homens devem participar no mundo doméstico, mas devem privilegiar o trabalho. De acordo com os/as autores/as, é precisamente aqui que o plano dos valores se ancora nas práticas observadas, uma vez que as reservas colocadas nestas questões se concretizam nas assimetrias observáveis nos padrões de divisão do trabalho.

O livro termina com uma síntese dos aspectos mais marcantes sobre a situação portuguesa no que respeita à divisão sexual e familiar do trabalho pago e não pago suscitados ao longo da pesquisa. Os/as autores/as rematam advogando a possibilidade de as políticas de igualdade entre mulheres e homens permitirem uma repartição mais equilibrada entre trabalho e família pela articulação de três tipos de direitos: “os direitos das mulheres ao trabalho e à família, os direitos dos homens ao trabalho e à família e os direitos das crianças como responsabilidade que deve implicar os pais e toda a sociedade” (p. 185).

Escrita de uma forma clara e de leitura acessível, esta obra constitui-se, pelo seu carácter abrangente e sistemático, numa base relevante para o conhecimento e debate em torno das práticas e das repre-

sentações relativas à divisão do trabalho pago e não pago entre mulheres e homens.

Mónica Lopes

Pais, Ana, *O discurso da cumplicidade: dramaturgias contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, 122 pp. (com prefácio de André Lepecki)

O discurso da cumplicidade: dramaturgias contemporâneas, de autoria de Ana Pais, é um texto sobre a natureza e configurações (históricas e actuais) da dramaturgia e da figura do dramaturgista. Surge com base na tese apresentada pela autora no âmbito do Mestrado em Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa, em 2002, tendo sido objecto de diversas alterações, sobretudo na sua segunda parte. A razão de ser do título da obra aqui recenseada torna-se bem evidente. É que, para a autora, a dramaturgia pode ser entendida como discurso da cumplicidade, ou seja, “relações de sentido que se estabelecem no tempo dando a ver o espectáculo no espaço” (p. 87). Ana Pais nasceu em 1974 e é licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade de Lisboa. Exerceu funções de crítica de teatro nos jornais *Público* e *Expresso*, sendo igualmente oradora em diversos encontros sobre artes performativas. *O discurso da cumplicidade: dramaturgias contemporâneas* é um ensaio de cariz teórico onde se cruzam referências e ideias oriundas não só do campo dos estudos de teatro, mas também de outras áreas, como sejam, os estudos culturais, a estética e as ciências sociais. Para além disso, são apresentadas e analisadas diversas afirmações resultantes de entrevistas a dramaturgistas realizadas em 2000.

Este livro consegue de forma notável conferir à noção de dramaturgia:

a) visibilidade e autonomia própria – com efeito, as reflexões e estudos sobre a reali-

dade teatral têm privilegiado tradicionalmente as questões do ofício do actor e do encenador ou do papel do texto, por exemplo, ficando as práticas do dramaturgista numa região de subentendidos, de menor saliência, ou de dependência. Ana Pais diz-nos mesmo que “[a] dramaturgia é uma espécie de enclave ambíguo entre a encenação e o texto” (p. 15) e que “[r]aras vezes é alvo de um estudo autónomo” (p. 15); b) uma cartografia historicamente informada e atenta às práticas concretas dos dramaturgistas – a noção de dramaturgia tem-se prestado, ao longo dos tempos, a diversos significados e interpretações, o que provoca por vezes dificuldade na sua utilização. Trata-se daquilo a que a autora chama “conceito-hidra” (p. 21 ss.), apropriado de formas distintas e suscitando equívocos e ambiguidades. Num esforço de clarificação, precisão e avanço analítico, a autora propõe ao leitor, na primeira parte da obra, um passo inicial para sair deste conjunto polissémico rico mas ao mesmo tempo emaranhado. É um passo que pode ser definido como histórico-pragmático, ou seja, traça-se um percurso onde se vê aquilo que, em diferentes épocas históricas, se fazia quando se fazia trabalho dramático;

c) um entendimento amplo e actualizado – Ana Pais dá um segundo passo reflexivo indo directamente à dimensão ontológica da dramaturgia, o que lhe permite assumir esta última como “modo de estruturar os sentidos do espectáculo” (p. 74). Não que-

rendo com isto esgotar as possibilidades de entendimento do universo dramaturgico, a autora abre o caminho para uma abordagem que não reduz a dramaturgia nem ao trabalho de passar o texto para a cena nem ao trabalho de interpretação ou encenação (coreografia) do espectáculo. Com efeito, luz, som, movimento, cor são também portadores de significado e o entretecer das relações entre si e com outros intervenientes cénicos é igualmente objecto de atenção dramaturgica. Deste modo, torna-se lógico que o livro em causa, centrado especialmente na actividade teatral, se prolongue em considerações que tocam a performance em geral ou a dança em particular;

d) um enquadramento teórico coerente e sedutor enraizado na ideia de *cumplicidade* – Ana Pais avança ainda mais no seu estudo, dando um terceiro passo, o mais inovador e ambicioso na tarefa de abordar o universo dramaturgico. Apresenta uma conceptualização muito própria, entendendo que a dramaturgia se enraíza em três eixos estruturadores da cumplicidade. Deste modo, a autora prossegue o seu trabalho de reflexão sobre uma prática que é invisível mas indissociável do espectáculo. É, no fundo, então, “o outro lado do espectáculo” (p. 71 ss.); se este último é, por natureza, visível, a dramaturgia é-lhe co-substancial, tal como acontece entre o côncavo e o convexo (por exemplo, p. 74). Chegados aqui, convém referir com mais detalhe o que se pode encontrar nas duas partes centrais que constituem *O discurso da cumplicidade: dramaturgias contemporâneas*. Referi já que, na primeira parte, a autora procede a um mapeamento de natureza histórica do conceito de dramaturgia. Para isso, detém-se em diversos momentos que se assumiram como tempos de mudança e reconfiguração no universo dramaturgico (um quadro sinóptico das “aceções do conceito de dramatur-

gia” encontra-se na p. 66). Parte-se de Aristóteles para referir a dramaturgia como composição dramática e a importância do dramaturgo como criador de textos de cariz dramático. Outro dos momentos marcantes situa-se no século XVIII, através de Lessing (“a tradição alemã”), passando a tornar-se saliente uma dramaturgia institucional implicada numa função didáctica e na selecção de textos dramáticos capazes de constituir um reportório. Já no século XX, nos anos 30-50, e tendo em conta mais especificamente o trabalho de Bertolt Brecht, assistimos à manifestação de uma dramaturgia do espectáculo – ou seja, “aquela que, determinada pelas contingências de cada produção e pelas funções estabelecidas no seu interior, está relacionada com a figura do dramaturgista” (p. 26) –, de autor e da leitura – ou seja, “modo de estruturar o espectáculo a partir de um elemento apriorístico” (p. 66). Desde os anos 60-70 do século passado e pensando na performance nos EUA e na Europa, a dramaturgia evidencia-se como prática que cria e estabelece de forma estruturada os sentidos das criações artísticas. Mais recentemente, anos 80-90, no contexto de diversos tipos de performance (nomeadamente em países, a este título, paradigmáticos, como sejam a Holanda e a Bélgica), ganhou todo o sentido falar-se igualmente de dramaturgia do olhar, isto é, uma noção “útil para compreender um modo de construção do espectáculo pós-moderno, que privilegia uma estruturação de materiais, adquirindo forma e sentido durante o processo, através das transformações às quais esse processo de criação se abre, sendo constitutivamente uma asserção temporária” (p. 49). Este conceito abriga outros dois: a dramaturgia do espaço e a dramaturgia do espectador, ou seja, modos de entretecer os sentidos do espectáculo sendo o espaço e a maneira como o espectador desfruta da performance peças-chave neste proces-

so. A acompanhar este mapeamento do território constituído pela dramaturgia, a autora revela uma preocupação, já anteriormente aqui mencionada, em nos fornecer indicações muito concretas daquilo que se faz quando se faz um trabalho dramaturgício. Tal pode ver-se pela descrição das actividades dos dramaturgistas no quadro sinóptico atrás referido, mas com maior detalhe, obviamente, nas considerações que o antecedem – por exemplo, veja-se a enumeração das funções actuais de quem se encarrega do trabalho de uma dramaturgia institucional (p. 25 e 26) bem como a explicitação das práticas concretas do dramaturgista na contemporaneidade (p. 27 e 28).

Na segunda parte do livro, Ana Pais propõe-nos uma abordagem da dramaturgia centrada especificamente na ideia de que esta última se constitui como *discurso da cumplicidade*. “Articulando materiais e estruturando o sentido do espectáculo, a dramaturgia estabelece cumplicidades entre o visível e o invisível, entre a concepção e a concretização do espectáculo, fazendo do público seu cúmplice no discurso.” (p. 75 e 76). Inspirando-se numa análise etimológica da palavra *cumplicidade*, a autora vai definir e explicar as três dimensões em que a dramaturgia pode ser teorizada:

a) implícito (p. 77-82) – esta qualidade das relações cúmplices manifesta-se dada a invisibilidade da dramaturgia; esta última, como se viu atrás, estrutura sentidos (elementos invisíveis) que tornam possível a presença visível do espectáculo e que participam assim neste último. “As opções que materializam o espectáculo no plano do visível são dobradas por relações invisíveis que as integram.” (p. 78). Este facto não anula a autonomia da dramaturgia nem a sua condição ontológica específica. A estruturação dramaturgica implica escolhas; há sentidos e materiais com significado que

são seleccionados e relacionados entre si e outros em que tal não acontece. “Destas escolhas advém a cumplicidade que a dramaturgia estabelece no seu discurso, ou seja, de forma implícita os materiais relacionam-se, pregueiam implicações que cabe ao espectador desvelar e à dramaturgia fundamentar.” (p. 78 e 79).

b) pacto criminoso (p. 82-90) – esta qualidade das relações cúmplices revela-se na medida em que a dramaturgia transgride o regime da visibilidade com o seu entretecer, mais periférico, de relações de sentido. “O visível é a lei cuja ordem definidora e legitimadora do espectáculo como aquilo que se vê a dramaturgia desafia. No teatro, a reescrita dos clássicos – encenações que revêem o texto, evidenciando nele uma perspectiva diferente – é talvez o exemplo mais declarado de acções criminosas, pois reflectem leituras feitas a partir da periferia do texto canónico.” (p. 83). A dramaturgia aparece como um território fronteiro onde surgem o inconformismo, a mudança, a contestação e a resistência; além disso, este seu estatuto revela-se igualmente na sua qualidade de zona de contactos e trocas, de cruzamentos e passagens. Na construção dos objectos artísticos, o dramaturgista “actua como um agente secreto, minando o processo (com interrogações, textos, imagens, filmes, etc.) e ajudando à transformação dos materiais do espectáculo através da promoção de relações de cumplicidade possíveis.” (p. 90);

c) acção comum (p. 90-94) – esta qualidade das relações cúmplices traduz-se no facto de a dramaturgia se inserir como parte indissociável do espectáculo, este último entendido enquanto manifestação de uma arte colectiva e enquanto objecto que resulta da cooperação e ajuste de diferentes agentes dotados de saberes e fazeres específicos. A dramaturgia, como estruturação de sentidos, regula e promove, à sua maneira, uma lógica de participação, portanto

(relativamente quer à construção, quer à apresentação desse mesmo espectáculo). Nesta acção comum, o público tem um papel significativo. “[O] espectador participa das condições ontológicas necessárias para a realização do acto performativo, modificando-o pela leitura individual que dele constrói, permanecendo em si através da memória. Também ao nível da recepção, a cumplicidade, na acepção de acção comum, é um factor central.” (p. 93).

No último ponto da segunda parte do livro aqui em análise, e aproveitando os elementos teóricos propostos, Ana Pais discute de que forma o teatro e a dramaturgia aparecem e podem aparecer como metáforas e como invasões terminológicas em territórios não artísticos, metáforas e invasões à luz das quais o mundo se abre à nossa inteligibilidade e se constitui.

Fazendo, agora, uma análise mais geral, considero que o livro de Ana Pais é sólido e denso do ponto de vista teórico. Grande parte dos seus méritos foram já referidos anteriormente, quando discuti a maneira como a autora nos oferece quer uma análise histórica quer uma proposta teórica da dramaturgia capazes de esbater o nevoeiro de ambiguidades e confusões que essa prática e discurso artísticos muitas vezes suscitam quando os tentamos definir.

Gostaria, no entanto, de deixar também dois pontos referentes a um potencial de reflexão que o livro, em meu entender, talvez pudesse ter explorado de forma mais aprofundada.

Em primeiro lugar, penso que a obra em análise teria a ganhar se fosse mais repleta de exemplos concretos – referentes a espectáculos de teatro ou dança – que acompanhassem os elementos teóricos propostos aquando da apresentação da teoria da cumplicidade. Não falo de exemplos “ilustrativos” que servissem para facilitar a leitura, pois a autora é muito clara, coerente e estruturada na apresentação das suas

ideias. Falo, sim, de exemplos que prolongassem a reflexão e que servissem como pequenos “ensaios” de aplicação das suas pistas teóricas, pois, dada a riqueza e carácter sedutor destas últimas, estabelecer-se-ia talvez uma relação ainda mais cúmplice com o leitor e reforçar-se-ia a validade do livro como instrumento de trabalho para pesquisas com carácter empírico. Por outro lado, dada a sustentabilidade e inovação das hipóteses e contributos apresentados, o leitor, espicaçado na sua reflexão, não deixa de se interrogar sobre o outro lado da cumplicidade. Se a dramaturgia é um discurso cuja lógica é a de estruturar sentidos construindo relações de cumplicidade entre artistas, público e materiais cénicos, o que é que neste jogo fica de fora? O que é que é excluído e fica no exterior do pacto constituído pela construção e representação teatrais? Que implicações *políticas* têm essas não-escolhas *poéticas*? Dou um exemplo breve. Várias das performances contemporâneas traduzem-se em criações artísticas que se apresentam em lugares não convencionais da cidade e promovem um diálogo com esse meio urbano, suas histórias, espaços e cidadãos. Quando se escolhem determinados elementos para estas criações (e podem ser materiais tão diversos como testemunhos e histórias de habitantes como sons e imagens dessas mesmas áreas), qual o significado em termos políticos, ou seja, de relação com a cidadania e com a comunidade, que se está a promover? Que públicos se acaba por atrair e que públicos se acaba por afastar? Que estatuto, dignidade e significado adquirem as memórias, sons, imagens e os habitantes da cidade quando deles se fala ou quando deles não se fala? Penso que estas interrogações têm também uma relação muito directa com o trabalho de dramaturgista e, incentivados pela leitura de *O discurso da cumplicidade*, somos tentados a querer ver respostas para elas à

luz das qualidades dramáticas enunciadas por Ana Pais. De qualquer modo, tais qualidades são também um ponto de partida muito válido para se desenvolver o trabalho de reflexão e análise da dramaturgia encarada na sua dimensão mais sócio-política.

Estes dois comentários anteriores não invalidam, no entanto, de qualquer forma, a

consideração de que estamos na presença de um livro muito estimulante e que abre pistas de grande valor heurístico para a abordagem das práticas dramáticas na actualidade, quer no âmbito dos estudos de teatro quer noutros domínios como a sociologia e a antropologia da arte.

André de Brito Correia

Rodrigues, Donizete (org.), *Em nome de Deus: a religião na sociedade contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

Foi recentemente apresentado, no V Congresso Português de Sociologia, o livro sob a organização de Donizete Rodrigues, *Em nome de Deus: a religião na sociedade contemporânea*, editado pela Afrontamento. Esta obra constitui, pela qualidade dos textos e dos seus autores, um importante contributo para o estudo da religião, aspecto que é reforçado se tivermos em linha de conta que o fenómeno religioso não tem sido objecto de uma reflexão sociológica aprofundada na sociedade portuguesa.

A ausência de estudos teórico-empíricos sobre a religião enquanto fenómeno macro-societal, a ausência de referência às principais temáticas e problematizações da sociologia da religião mais recente e a inexistência de traduções de manuais imprescindíveis põem a nu o desfasamento da sociologia da religião que se faz em Portugal em relação à vasta produção que se encontra quer noutros lugares da Europa, quer na América do Norte (EUA e Canadá) e na América Latina, em especial no Brasil. O facto de a sociologia da religião gozar, no quadro da produção científica portuguesa, de menor visibilidade no conjunto da disciplina assemelha-se à situação vivida ao longo de várias décadas do século XX nos círculos sociológicos europeus. Simplesmente, no exterior, a sociologia da religião adquiriu estatuto próprio – por via de

uma progressiva desconfessionalização e enquadramento institucional nas instâncias internacionais –, pelo menos, desde meados dos anos setenta.

Em nome de Deus representa, assim, uma nova aposta das ciências sociais, em Portugal, no campo religioso e o seu organizador e autor, Donizete Rodrigues, dá prova de mais um investimento nesta área de investigação, após outros trabalhos publicados, nomeadamente acerca de fenómenos e grupos religiosos relativamente recentes ou pouco estudados no país, como são os casos da IURD e da Igreja Evangélica Cigana.

A obra em causa tem o mérito de reunir contributos de especialistas em religião, portugueses e estrangeiros, numa perspectiva de interdisciplinaridade, não se confinando, nessa medida, a autores com formação em sociologia, mas também em antropologia, em comunicação social e em teologia.

No texto “A religião é a lógica da cultura”, do antropólogo Raúl Iturra, a religião é apresentada como matriz cultural da vida social. O autor ilustra o facto fazendo um percurso pelos clássicos, como Weber, Marx, Durkheim e Mauss, lembrando assim que a religião foi um tema fundamental dos primeiros sociólogos. Efectivamente, as primeiras discussões acerca do

lugar da religião na sociedade moderna questionaram o papel que esse domínio passaria a ocupar socialmente no devir.

Começando por abordar a questão weberiana do desencantamento do mundo e a problemática da secularização, dominante na sociologia da religião, Donizete Rodrigues, em “O reencantamento do mundo: modernidade, secularização e novos movimentos religiosos”, procura traçar os contornos da reconfiguração do universo religioso, reflectindo, por um lado, sobre as manifestações do sagrado e, por outro, sobre a proliferação dos novos movimentos religiosos. Ambos os aspectos deverão ser entendidos como elementos fundamentais da religiosidade contemporânea e como fenómenos que contrariam as concepções lineares da secularização. A questão da dessacralização é, aliás, também abordada por Manuel da Silva e Costa (“Religião e sociedade: a eficácia da religião e a religião da eficácia”), que aponta a importância atribuída à eficácia e à competitividade pela sociedade capitalista contemporânea como factor de desumanização.

O tema da globalização e da modernidade avançada é também objecto de reflexão nesta obra. Peter Beyer e Victor Pereira da Rosa – respectivamente, sociólogo e antropólogo da Universidade de Ottawa – evidenciam, em “Globalização e religiosidade: leituras e conjunturas”, os principais parâmetros da discussão acerca das dicotomias local/global e particular/universal, no quadro da religião, sublinhando que subjacente ao debate está o vasto tema do pluralismo. Para estes autores, a modernidade, cada vez mais globalizada, tende a conceber a religião como um sistema diferenciado de comunicação – tema recorrente em Beyer, sob inspiração de Luhmann. Isso está patente nas diversidades religiosas contemporâneas, que coexistem ao nível da sociedade global. É ainda equacionada

neste texto a pertinência das perspectivas substantiva e funcionalista no estudo da religião.

Não muito distante desta problemática, Steve Fenton, sociólogo da Universidade de Bristol, em “Modernidade, etnicidade e religião”, procura articular duas questões: a crise da modernidade capitalista tardia com a problemática das identidades religiosas e étnicas. Concretamente, este autor identifica três crises na modernidade tardia: a questão das igualdades/desigualdades; o problema da comunidade e da coesão social; e a perda de referências morais. As consequências destas crises no plano da religião e da etnicidade estão associadas aos fundamentalismos contemporâneos. Este tema e a reflexão que o mesmo suscita revela-se de extrema pertinência num momento em que a Europa e todo o Ocidente se sentem ameaçados pela emergência de novos grupos religiosos, alguns dos quais envolvendo componentes étnicas e políticas. Nas representações de muitos europeus, o fenómeno do islamismo, por exemplo, adquire a configuração de um fantasma de um passado remoto que, no presente, sofre conotação imediata de fundamentalismo religioso, de violência ou, de forma mais radical, de terrorismo. Os integristas e fundamentalismos são temas igualmente abordados de forma particularizada em dois textos: “Fundamentalismo religioso e violência”, do teólogo Joaquim Carreira das Neves, e “Deus no meio da guerra: as religiões na encruzilhada dos conflitos contemporâneos”, do jornalista António Marujo. Carreira das Neves escreve sobre o fundamentalismo religioso que sustenta o conflito israelo-palestiano, tendo por base uma reflexão sobre as apropriações da Bíblia e do Corão, enquanto António Marujo apresenta diversas ilustrações no sentido de evidenciar o paradoxo de a religião ser simultaneamente um fundamento de guerra e de paz. O au-

tor enfatiza a necessidade de se trabalhar no sentido de inverter a lógica segregacionista dominante no discurso religioso e de se promover uma educação para a paz.

Num registo mais confessional, Mário Robalo, com o texto “Da utopia de um Cristianismo sem religião”, transporta-nos para as vivências da Igreja primitiva, bem como das suas características e dinâmicas, num exercício apologético de um cristianismo enquanto movimento religioso por contraponto ao seu desenvolvimento histórico como religião instituída.

Donizete Rodrigues e Ana Paula Santos, ao apresentarem os resultados do seu estudo sobre “O movimento pentecostal cigano: o caso da Igreja Evangélica de Filadélfia de Portugal”, centrando-se, deste modo, num grupo religioso minoritário, ilustram como etnicidade e religião se entrecruzam e como o fenómeno global do neo-pentecostalismo se adequa a contextos sociais locais e concretos, como é o caso da Igreja Evangélica Filadélfia na sociedade portuguesa. Esta Igreja tem a singularidade de combinar elementos da cultura cigana com o culto religioso, facto que se manifesta através do tipo de música presente nas formas de expressão ritual e que acaba por reforçar a identidade e a coesão social do grupo.

“Um movimento milenarista japonês e a construção do paraíso na terra: o caso da Igreja Messiânica Mundial do Brasil” é o título do artigo de Peter Clarke (sociólogo do King’s College, Universidade de Londres). Aqui, é possível tomarmos contacto com outro fenómeno de profunda actualidade e disseminação que é o do *New Age*. O estudo de caso, acerca da Igreja Messiânica Mundial do Brasil, é significativo do sincretismo religioso, alimentado por filosofias de raiz orientalista e associado a novos estilos de vida ecológicos, fenó-

meno simultaneamente preconizador de novas escatologias. Estamos perante mais um exemplo que corrobora a tese de que o incremento da mobilidade social e espacial tem produzido uma significativa mistura de crenças e de práticas e modalidades religiosas diluídas na vida social que vêm questionar as cartografias religiosas tradicionais.

Finalmente, “A renovação carismática católica no Brasil: uma revisão da bibliografia”, de Cecília Loreto Mariz, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ao debruçar-se sobre o movimento carismático católico, dá conta da reacção de certos sectores da Igreja Católica ao expansionismo do protestantismo neo-pentecostal na América Latina e, concretamente, no Brasil. Cecília Mariz reflecte, em particular, sobre a literatura produzida a propósito deste fenómeno, evidenciando diferentes tipos de abordagens. Enquanto alguns estudos colocam a tónica na “estratégia de *marketing*” da Igreja Católica para enfrentar a concorrência de novos grupos e reforçar a instituição, outros enfatizam as relações e clivagens dentro da hierarquia do movimento católico carismático brasileiro.

Num mundo progressivamente mais global, a diversidade religiosa tem vindo a anular as tradicionais correspondências entre Estado-Nação e cultura religiosa, e as novas manifestações de religiosidade, os novos grupos que se constroem e reconvertem, sejam eles de natureza neoconservadora ou emancipatória, não deixam de constituir, como bem evidenciam os vários textos presentes neste livro, estratégias de afirmação da subjectividade frente àquilo que Habermas designa por “colonização do mundo da vida”.

Helena Vilaça